

Informes da Diretoria de Gestão:

Às Sras. Diretoras,

1) Prazos relacionados às ações de capacitação:

Conforme estabelecido no PAC 2016-2017, o atendimento aos prazos para solicitação e desistência de participação em eventos de capacitação é fundamental para operacionalizar, conforme cada caso, os processos de contratação, inclusão de pauta em reunião da DICOL, publicação em Diário Oficial e publicação de portarias.

A inobservância dos prazos e procedimentos previstos nos normativos internos e na legislação em vigor implicará no indeferimento da solicitação.

| PRAZOS MÍNIMOS DE ANTECEDÊNCIA PARA SOLICITAÇÃO DE AÇÕES DE CAPACITAÇÃO | | | |
|---|----------------------|-----------------|------------------------|
| EVENTO /CURSO INTERNO | NA CIDADE DE LOTAÇÃO | | FORA DA CIDADE LOTAÇÃO |
| | 7 dias | | 15 dias |
| EVENTO /CURSO EXTERNO | NA CIDADE DE LOTAÇÃO | | FORA DA CIDADE LOTAÇÃO |
| | 35 dias | | 45 dias |
| EVENTO / CURSO NO EXTERIOR | COM ÔNUS | | COM ÔNUS LIMITADO |
| | 90 dias | | 60 dias |
| LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO | COM ÔNUS | | COM ÔNUS LIMITADO |
| | 45 dias | | 30 dias |
| | | | |
| PÓS-GRADUAÇÃO: | 1º Quadrimestre | 2º Quadrimestre | 3º Quadrimestre |
| Requerimento | Até 28/fev | Até 30/jun | Até 30/set |
| Decisão final | Março | Agosto | Novembro |
| Início do curso | Mai/jun/jul/ago | Set/out/nov/dez | Jan/fev/mar/abr |

Considerando os prazos previstos para as ações de capacitação definidos no quadro acima, informamos que os cursos externos no Brasil e licenças capacitação, somente poderão ser objeto de análise em prazos inferiores aos previstos, quando as mesmas estejam

relacionadas à necessidade imediata e imprescindível para o serviço, como em casos de alteração de lotação, alterações de legislações/atribuições que impactem diretamente nos processos de trabalho da área demandante, ou servidores recém ingressados no órgão.

Contudo, tais análises não poderão prejudicar o planejamento interno das áreas envolvidas no fluxo do processo, que nos casos em que há necessidade de contratação são de forma resumida: análise da solicitação e elaboração de nota técnica pela CCADE; análise de Disponibilidade Orçamentária pela GEFIN; Verificação de Regularidade da Instituição, Análise quanto à inexigibilidade de licitação pela GECOL, parecer da Procuradoria Geral da ANS nos casos previstos; Aprovação da Contratação pela GGAFI e Ratificação da Contratação pelo Diretor Presidente da ANS; Publicação da Contratação no Diário Oficial (nos casos previstos); Emissão da Nota de Empenho; Emissão de passagens e Concessão de diárias pela CTRAN/GEASI para os eventos de capacitação fora da cidade de lotação do servidor; e por fim confirmação da inscrição no evento de capacitação.

2) Licença para capacitação:

As solicitações de licença para capacitação deverão ser encaminhadas inicialmente para a Coordenadoria de Legislação e Benefícios - COLEB, da Gerência de Administração de Pessoal – GEAPE, para apuração do período aquisitivo para usufruto da licença. No caso de o servidor não possuir período quinquenal aquisitivo, a COLEB devolverá o processo ao servidor, com a informação constatada.

O interesse da Administração é requisito insuperável na análise de solicitações de capacitação, sendo inconteste que a capacitação requerida deverá guardar correlação com as atribuições do servidor em sua área de lotação, conforme o Regimento Interno da ANS, e estar prevista no Plano Anual de Capacitação em vigor. Dessa forma, são fundamentais o pronunciamento da Chefia imediata e a concordância da Diretoria onde o servidor está lotado, a fim de configurar o interesse da Administração no afastamento do exercício para realização da capacitação no período pretendido.

As solicitações de Licença Capacitação que impliquem em afastamento do país seguem os prazos para eventos/cursos no exterior.

Deverão ser observadas a RA nº 58/2014, a IS nº 14/2014, no caso de curso com ônus, e a IS nº 11/2008, se implicar em afastamento para o exterior.